



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
MONOGRAFIA
MÔNICA PRADO

Jornalismo econômico no rádio e na TV

a divulgação da reunião do Copom em 07/03/07

Ana Márcia Andrade
2053475/6

Brasília, junho de 2007

Ana Márcia Andrade

Jornalismo econômico no rádio e na TV

a divulgação da reunião do Copom em 07/03/07

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em comunicação social, jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Professora Mestre Mônica Prado

Brasília, junho de 2007

Ana Márcia Andrade

Jornalismo econômico no rádio e na TV

como é divulgada uma decisão do Copom

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em comunicação social, jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

Banca Examinadora
Brasília, 01 de junho de 2007

Prof. Mônica Prado
Orientadora

Prof. Mauro Castro
Examinador

Pof. Vivaldo de Sousa
Examinador

Agradeço à minha orientadora, professora Mônica Prado, pela disponibilidade e atenção. Ao professor Vivaldo de Sousa e Mauro Castro pelas críticas, sugestões e pela delicadeza de participarem da banca. E, principalmente, ao meu pai, pelo exemplo de cidadão que sempre me mostrou uma economia humana, e não, um simples resultado de uma equação numérica.

“O grande problema nosso é que a imprensa deixa passar em branco. Doze anos depois de um modelo que fracassou, continua-se defendendo o que não deu certo. Não temos uma inteligência na opinião pública capaz de investir contra clichês flagrantemente falsos em defesa do país. Estamos há 12 anos com essa história de que é preciso fazer a lição de casa e que ano que vem a gente começa a crescer.”

Luís Nassif (2007)

RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objetivo discutir o jornalismo econômico. O estudo é desenvolvido mediante a análise da divulgação da reunião do Copom do dia 07/03/2007 pelos meios de comunicação de massa - Jornal Nacional, Jornal da Band, SBT Brasil, Repórter Nacional Noite; rádio Band News, CNN e Rádio Nacional AM. Verifica que o jornalismo econômico pode não atender ao princípio constitucional de dar preferência a finalidades educativas e informativas. Como concessionárias desse espaço público, TVs e rádios assinaram tal compromisso.

Palavras-chave: jornalismo econômico, taxa Selic, educação, cidadania.

Sumário

1 Introdução	6
1.1 Justificativa.....	7
1.2 Objetivos	7
1.2.1 Objetivo geral	7
1.2.2 Objetivos específicos	7
1.3 Metodologia	8
2 Meios de comunicação de massa e jornalismo econômico.....	9
3 A queda de 0,25 percentual na taxa Selic: contexto, repercussão e críticas.....	14
4 Critérios para análise dos noticiários.....	25
5 Análise.....	26
6 Conclusões.....	28
7 Limites e Sugestões	32
Bibliografia.....	33
Anexo A: Release do Banco Central	35
Anexo B: Transcrições das matérias de rádio e TV.....	36
Apêndice: Mudanças no corpus e na metodologia	45

1 Introdução

O objetivo da monografia é analisar a cobertura do jornalismo econômico – a divulgação do resultado da reunião do Copom do dia 07/03/2007 - nos meios de comunicação de massa, rádio e TV. Pretende-se verificar a hipótese de que o jornalismo econômico pode não atender ao princípio constitucional de dar preferência a finalidades educativas e informativas, uma vez que, como concessionárias, assumiram tal compromisso.

A maioria da população brasileira não conhece as conseqüências das alterações das taxas de juros no Brasil. Ela sequer sabe o que é e para o que serve o COPOM – Comitê de Política Monetária, órgão do Banco Central. Porém, a taxa de juros afeta muito a vida da população brasileira. Os meios de comunicação de massa ignoram suas funções educativa e informativa requeridas na Constituição, e noticiam, em segundos, os resultados das reuniões do Comitê.

Para introduzir essa idéia foram utilizados dois capítulos iniciais: **Meios de Comunicação de Massa e Jornalismo Econômico;** e **A Queda de 0,25 Percentual na Taxa Selic: contexto, repercussão e críticas.** A primeira foi utilizada para expor as teorias jornalísticas e a problemática do jornalismo econômico. A segunda deu espaço para a repercussão da queda da taxa de juros na vida da população e suas críticas.

A partir daí, foi feita uma tabulação das matérias de alguns meios de comunicação de massa – Jornal Nacional, Jornal da Band, SBT Brasil, Repórter Nacional Noite; rádio Band News, CNN e rádio Nacional AM - para avaliar cada matéria. O que propiciou a verificação da qualidade dos textos noticiosos.

Mesmo considerando as dificuldades próprias do jornalismo econômico, buscou-se apresentar alguma relação da taxa de juros com o dia-a-dia da população e expor algumas críticas de intelectuais. Esperando, de alguma forma, contribuir para um jornalismo econômico democrático.

1.1 Justificativa

Após oito anos de reuniões (mensais, até junho de 2006) do Comitê de Política Monetária – Copom, decidindo as flutuações das taxas de juros, os noticiários econômicos que os relatam, tanto na TV quanto no rádio, criaram para a população um enigma a decifrar: as decisões de política econômica são definitivamente incompreensíveis para o cidadão comum, ou, longe de ser um espelho da realidade, o noticiário econômico cria, indiscutivelmente, a própria realidade ao transferir o cidadão para a condição de cego em tiroteio. De qualquer forma, os meios de comunicação de massa ignoram sua função educativa e informativa presentes na Constituição, noticiando de forma reduzida e em segundos os resultados da reunião do comitê.

Uma análise do texto noticioso de rádios e TVs fez-se útil para avaliar a contribuição do jornalismo econômico na construção dessa realidade que aliena o cidadão. Mesmo considerando as dificuldades próprias do jornalismo econômico, podem-se buscar melhores forma e conteúdo para seu noticiário.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar uma faceta do jornalismo econômico – divulgação da reunião do Copom do dia 07/03/2007 - nos meios de comunicação de massa, o rádio e a TV, para verificar a hipótese de que o jornalismo econômico pode não atender ao princípio constitucional de dar preferência a finalidades educativas e informativas, uma vez que, como concessionárias, assumiram tal compromisso.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar se a cobertura jornalística da reunião do Copom, que reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual foi suficientemente clara para mostrar sua repercussão no dia-a-dia da população;

- Comparar o texto noticioso veiculado nas matérias sobre a reunião do Copom; e
- Constatar se as matérias jornalísticas analisadas buscam contribuir para formação da cidadania.

1.3 Metodologia

A pesquisa é bibliográfico-documental. A partir da contribuição de diversos autores, as fontes documentais foram exploradas. Como objeto de pesquisa foram tomadas quatro matérias de televisão e três matérias de rádio que noticiaram o resultado da reunião do Copom do dia 07/03/2004. Depois de transcritas numa tabela, as matérias foram submetidas a critérios relevantes e fundamentais para verificar a hipótese em questão: se foram **contextualizadas, didáticas**, se **repercutiram a sociedade** e se cumpriram alguma **função educativa**. A reflexão de economistas, intelectuais, acadêmicos e jornalistas foram utilizadas na análise e na conclusão desta pesquisa.

A princípio seriam analisadas quatro TVs abertas e uma pública. Porém, a TV Record não forneceu à pesquisadora o Jornal da Record, justificando ser política da empresa não fornecer imagens. O jornal dessa emissora foi obtido pela web, mas houve falha no som, impossibilitando reconhecer o conteúdo do texto jornalístico.

Daí fazem parte do corpus da pesquisa o Jornal Nacional (TV Globo), o Jornal da Band (TV Bandeirantes) e o SBT Brasil (SBT) por serem emissoras com grande repercussão social; e o jornal Repórter Nacional Noite – RNN (Radiobrás), que é uma emissora custeada pelo Governo Federal (estatal).

Entre as emissoras de rádio, estão presentes a Rádio Nacional AM (Radiobrás), justamente por ter característica não privada; a Rádio CBN – AM, devido sua especificidade em divulgar somente notícias e a Band News que além de ser privada, traz, também, noticiários a todo o momento. A reportagem sobre a reunião foi solicitada à Jovem Pan, mas a rádio não respondeu a carta enviada pela pesquisadora.

2 Meios de comunicação de massa e jornalismo econômico

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 221 - I, afirma que a produção e a programação de emissoras de rádio e televisão atenderá ao princípio de preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. E no artigo 3º, afirma que constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IX - promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Brasil, 1988. p. 3)

Sendo esses meios de comunicação de massa concessões públicas, as obrigações de informar e educar destinam-se a explicitar sua contribuição na busca desses objetivos maiores.

Contudo, a realidade mostra que o alcance dessas exigências idealizadas na Constituição parecem estar, ainda, longe de serem cumpridas pelas emissoras de rádio e TV. Especialmente, quando se trata de jornalismo econômico. A sociedade tem expressado críticas tanto no que se refere a seu papel como espaço público quanto no que se refere às suas obrigações constitucionais:

- a) O jornalista e professor da Universidade Federal Fluminense Felipe Pena reuniu algumas teorias envolvendo o jornalismo e a mídia.

Na teoria do espelho, o jornalismo refletiria a realidade, sem deformá-la. A imprensa funcionaria como um espelho do real, apresentando um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano. Felipe Pena, no entanto, discorda, afirmando que

a linguagem neutra é impossível, [...] pois não há como transmitir o significado direto (sem mediação) dos acontecimentos. [...] Os próprios jornalistas estruturam representações do que supõe ser a realidade no interior de suas rotinas produtivas e dos limites dos próprios veículos de informação. (2005, p.127-128).

Na teoria instrumentalista, as notícias servem a interesses políticos. Na versão da esquerda serviriam para manter o mundo capitalista; e na versão da direita, para questioná-lo.

Na visão da direita, segundo Traquina comentado por Pena (2005, p.147), representada pelos teóricos Efron, Kristol, Lichter e Rothman, “os burocratas e intelectuais das grandes cadeias americanas de televisão têm interesse de expandir a atividade reguladora do Estado através das empresas privadas”. Segundo eles, “os jornalistas formam uma nova classe social, são anticapitalistas e distorcem as notícias para difundir essas idéias”.

Herman e Chomsky, pela visão da esquerda, e analisando a imprensa americana, acreditam que:

... entre outras funções, a mídia serve aos – bem como propaganda em nome de – poderosos interesses sociais que a controlam e financiam. [...] O público não é soberano sobre a mídia – os proprietários e os gerentes, em busca de anúncios, decidem aquilo que será oferecido, e o público deve escolher entre isso. As pessoas assistem e lêem em grande parte aquilo que está prontamente disponível e intensamente promovido. (2003, p.11-13)

Nelson Traquina, citado por Pena (2005, p.147), resume os cinco fatores em que Herman e Chomsky explicam a submissão do jornalismo aos interesses capitalistas: estrutura de propriedade das empresas jornalísticas; a sua natureza capitalista; a dependência dos jornalistas das fontes governamentais e empresariais; as ações punitivas dos poderosos; a ideologia anticomunista dominante entre a comunidade jornalística americana; além da concentração das empresas de mídia nas mãos de poucos grupos.

Pena descreve, ainda, a visão crítica de Perseu Abramo, jornalista, sociólogo e professor universitário, autor de *Padrões de manipulação na grande imprensa*, relacionando cinco estratégias para distorcer as notícias:

Padrão de ocultação: refere-se à ausência de fatos reais na produção da imprensa.
 Padrão de fragmentação: o real é estilhaçado e dividido em milhões de fatos desconectados entre si, desligado de seus antecedentes e das conseqüências evitando assim a consciência crítica do texto.
 Padrão de inversão: após a descontextualização há a troca de lugares e importância dos fatos. São quatro as formas de inversão: da relevância dos

aspectos, da forma pelo conteúdo, da versão pelo fato e da opinião da informação.

Padrão de indução: combinação de graus de distorção para induzir a população a enxergar uma realidade artificialmente inventada.

Padrão Global: refere-se à ilusão de apresentar a realidade de forma completa, total, global, definitiva e acabada.” (Pena, 2005, p.148)

Ao fim, as principais denúncias da esquerda são resumidas pelo autor Pena. As críticas direcionam-se à desregulamentação proposta pelo neoliberalismo e ao isolamento da sociedade civil, largando para o mercado a função de ordenar as relações sociais. Assim, os jornalistas empregados nos megaconglomerados são pressionados a reproduzir os valores dominantes que dão sustentabilidade ao sistema capitalista. Entre as características presentes nesse dia-a-dia estão o consumo desenfreado, a cultura sem fronteiras, a privatização e o individualismo.

Finalmente, na teoria dos definidores primários, as insuficientes informações dos noticiários não são fruto de uma simples conspiração dos profissionais da imprensa com os dirigentes da classe hegemônica, mas sim, uma subordinação às opiniões das fontes que têm posições institucionalizadas (definidores primários). Stuart Hall, conforme Traquina, citado por Pena (2004, p.154), afirma que “esta interpretação comanda a ação em todo o tratamento subsequente e impõe os termos de referência que nortearão todas as futuras coberturas ou debates”.

- b) Maria das Graças C. Caldas, em tese de doutorado de 1995, *O latifúndio do Ar: mídia e poder na Nova República*, analisa o processo de concessão pública de rádio e televisão no Brasil e identifica um **coronelismo eletrônico**. O conceito é herdado do velho coronelismo agrário brasileiro, em que elites rurais espalhadas pelo país, exerciam controle social em suas respectivas regiões. Ela afirma que, após a Constituinte de 1988, o velho jogo de concessões continua concentrando cada vez mais os meios de radiodifusão nas mãos de poucos grupos estreitamente aliados, ou pertencentes, aos políticos.

- c) Especificamente, o jornalismo econômico na televisão é visto por Sidnei Basile, diretor-superintendente das revistas Exame e Você SA, como um conteúdo perdido entre notícia e entretenimento:

As emissoras de televisão [...] ainda não conseguiram formalizar um modelo de cobertura de economia e negócios que faça jus à escala que elas têm. São, provavelmente, o segmento mais atrasado, em termos relativos, na descoberta de um papel para a cobertura econômica. (2002, p. 77)

- d) Para Bernardo Kucinski, professor de jornalismo econômico da USP,

Um dos problemas centrais do jornalista dedicado à economia é a precariedade das teorias econômicas divididas em grande número de escolas de pensamento, cada qual com seus axiomas manejados como instrumentos de persuasão ideológica e a maioria delas cada vez mais distante do objeto central das ciências humanas, o próprio homem. (...) A falta de conhecimento do jornalista impede tanto a exposição coerente de suas idéias como a filtragem crítica das premissas falsas, freqüentemente usadas pelos agentes econômicos no debate da economia. Por isso, o jornalismo econômico obriga mais do que outras modalidades de jornalismo, à aquisição contínua do conhecimento. (2000, p.21),

As teorias econômicas - além de precárias por se dividirem em várias escolas de pensamento, em que os pressupostos são manejados como instrumentos de persuasão ideológica, como diz Kucinski, e assim justificarem os diversos interesses econômicos – parecem então enfrentar o mesmo problema das ciências naturais: o da verdade inalcançável. O professor de física Marcelo Gleiser conclui, em sua coluna na Folha de S. Paulo do dia 15/04/2007, que “a ciência jamais poderá encontrar a verdade”. Se assim é para as ciências da natureza, o que dizer para as ciências sociais? Seriam as decisões econômicas necessariamente técnicas ou científicas? Ou mais do que técnicas ou científicas elas expressam escolhas, em que geralmente, uns ganham e outros perdem? Será possível uma verdade econômica ou será que ela depende em parte do seguimento ao qual você está inserido na produção?

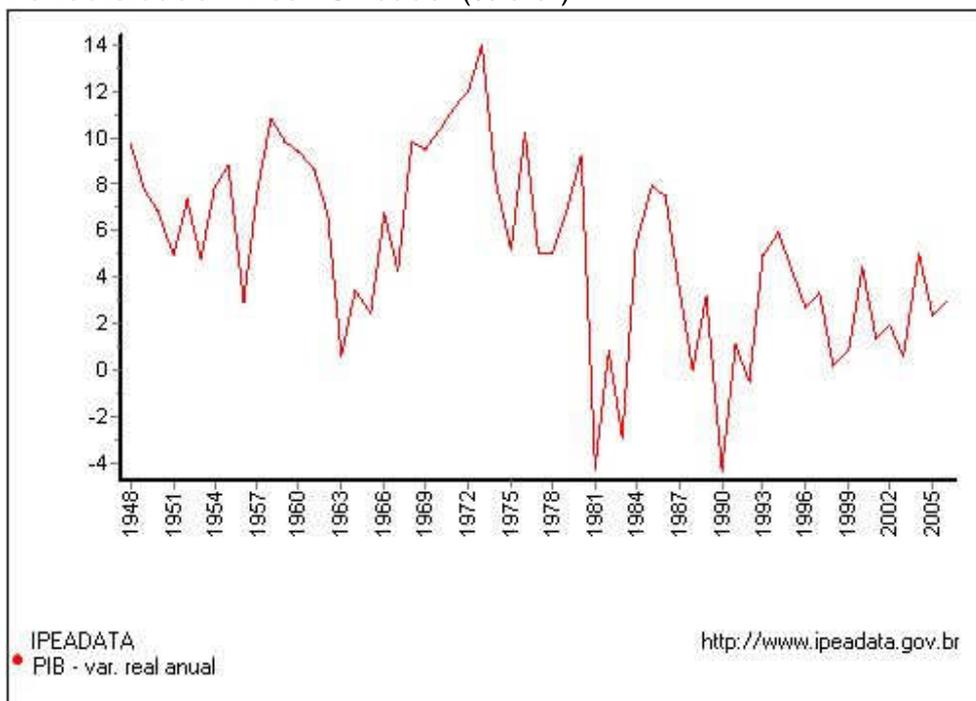
- e) Para concluir, por ora, pois provavelmente várias outras discussões e aprofundamentos poderiam ser abordados, o ex-jornalista da Rede Globo de Televisão, Eric Nepomuceno, faz no livro *Rede Imaginária – Televisão e Democracia*, uma denúncia de manipulação de noticiários; um julgamento severo da construção da notícia na TV brasileira:

A construção da notícia da televisão parte, então, de um vício que na verdade afeta a quase todos os meios de comunicação no Brasil: a manipulação, em maior ou menor grau. No caso da TV brasileira em si, a questão é mais grave justamente pelo seu alcance. [...] Cada vez que um apresentador de um telejornal põe rosto e voz no vídeo, está levando sua palavra a um número de pessoas, centenas de milhares de vezes maior do que o atingido pela notícia impressa num jornal. [...] Quando se tenta a forma de aprofundar a informação, o resultado é, em nove de cada dez vezes, trágico. A reflexão não cabe na fórmula adotada pela imensa maioria nos noticiários da televisão brasileira. (NOVAIS, org. 2006, p.209, grifo da autora)

3 A queda de 0,25 percentual na taxa Selic: contexto, repercussão e críticas

Neste capítulo pretende-se mostrar a importância do valor da taxa Selic na vida da população. O contexto mais geral da economia brasileira, hoje, é o de que tendo crescido à taxa média de 7% ao ano, a partir de 1930 e durante cinquenta anos, viu sua taxa de crescimento desacelerar para 2,7% ao mês no período 1994-2006 (Gráfico 1) – após superar o período sob hiperinflação que vai de 1981 a 1993. O problema da baixa taxa de crescimento econômico dos últimos doze anos é, assim, a questão mais intrigante a desafiar a sociedade brasileira.

Gráfico 1: Produto interno bruto (PIB): variação real anual
Periodicidade: Anual **Unidade:** (% a.a.)



Fonte: www.ipeadata.gov.br. Acessado em: 15/04/2007.

O Copom – Comitê de Política Monetária - foi criado em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de

juros. O Copom é composto pelos membros da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, que se fazem sete.

Em 21 de junho de 1999, o decreto nº 3.088 estabeleceu a sistemática de "metas para a inflação" como objetivo da política monetária (a que estabelece os níveis das taxas de juros e do crédito em geral). Desde então, as decisões do Copom passaram a ter como objetivo principal cumprir as metas para a inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - composto pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento, e pelo presidente do Banco Central. Em outras palavras, o CMN passa a fixar um valor hipotético e desejado para a taxa de inflação do ano seguinte. Ao Copom cabe, então, decidir o valor da taxa de juro que visa influenciar diretamente o volume de compra e venda de mercadorias - de forma a controlar a elevação de preços e atingir uma taxa de inflação próxima àquela fixada pelo CMN.

A taxa de juros fixada na reunião do Copom é a chamada taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia) a qual vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do Comitê. Se for o caso, o Copom também pode definir o viés (de alta, de baixa ou sem viés), que é o direito exclusivo do presidente do Banco Central para alterar, na direção do viés, a meta para a taxa Selic a qualquer momento entre as reuniões ordinárias. A taxa Selic é chamada de taxa básica de juros porque é a que remunera os empréstimos do governo federal e os empréstimos entre os bancos. É a menor taxa de juros cobrada no Brasil, e influencia o valor das demais taxas de juros cobradas a pessoas físicas e jurídicas. Na Inglaterra, a taxa correspondente chama-se *libor* e, nos EUA, *prime rate*.

Na reunião do Copom do dia 07/03/2007, a taxa Selic foi reduzida em 0,25 ponto percentual, fixando a taxa básica de juro em 12,75% ao ano. De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ela teve uma seqüência de alta que vai de abril de 2004 a maio de 2005, indo de 16% aa, a 19,7%aa. Em setembro de 2005, iniciou um movimento de queda, ora com 0,5 ponto percentual, ora com 0,25.

Para entender o efeito das taxas de juros, no entanto, é necessário conhecer a chamada **taxa real de juros**, que é a taxa de juros nominal descontada a taxa de inflação. Ela é a taxa juros que realmente conta para a economia, porque retira o efeito

da inflação. Já em 2002, ela era de 12% ao ano no Brasil, campeã entre vinte e três economias emergentes do mundo.

Hoje, a **taxa básica real de juros** (a taxa Selic descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses) ainda é a maior do mundo: 8,6% anual (Banco Central, Up Trend Consultoria e Folha, 2007, B.1). Em seguida vem a Turquia com 6,7 aa, Israel com 4,6 aa, China com 3,8% aa, EUA com 3,1% aa, Cingapura e Austrália com 3,0%, México com 2,9% e África do Sul com 2,8% aa. Esse é o ranking (Banco Central, Up Trend Consultoria e Folha, 2007, B1) das taxas reais mais altas. Ainda segundo a Consultoria UpTrend, os juros reais médios praticados em 40 países selecionados estão em 2,2% ao ano, vindo por último a Argentina com taxa negativa de 2,7% aa.

No entanto, os juros cobrados aos consumidores, empresas e às famílias, o chamado juro de ponta, é bem maior. A matéria da Folha de S. Paulo, “Juro nos bancos recua, mas segue perto de 40% ao ano” de 27/04/2007, informa, com dados do Banco Central, que as taxas de juros cobradas pelos bancos às pessoas físicas estão, em média, em 49,9% aa; e às pessoas jurídicas, em 25,45 aa, para uma taxa de inflação estimada em 3,5% aa. No Banco do Brasil, por exemplo, o Crédito Parcelado no Cartão, destinado a pessoas físicas é de 43,91% ao ano.

Em 24 de maio de 2007, a taxa de juro cobrada pela Casas Bahia, para adquirir uma geladeira em dezoito prestações, era de 5,9% ao mês, para uma inflação de cerca de 0,3% ao mês. Significa que ao comprar uma geladeira pagando em dezoito meses, o consumidor pagará, na verdade, quase duas geladeiras. Aparentemente, a taxa de juro mais alta do mercado é a do cartão de crédito que vai de 9% a 13 % am.

Para investimentos na produção, a taxa mais barata é aquela cobrada pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – a chamada TJLP –Taxa de Juros de Longo Prazo, cujo valor presente é de 6.5% aa.

Os efeitos de taxas de juros reais elevadas, especialmente se por um longo período de tempo, constituem o objeto principal de crítica por parte de diferentes segmentos da sociedade: economistas de peso, exportadores, agricultores ligados ao agronegócio, empresários da indústria em geral, trabalhadores em geral e parte da academia e dos intelectuais. Segundo eles, os principais efeitos são:

1) a redução da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB

Em 10 anos, como resultado da baixa taxa de crescimento da economia, a renda per capita cresceu apenas 7,33% no Brasil, indo de US\$ 4.025 para US\$4.320, segundo o IPEADATA:

Tabela 1: Valor do PIB per capita

Período	PIB per capita (US\$)
1995	4.025
1996	4.069
1997	4.139
1998	4.083
1999	4.054
2000	4.169
2001	4.162
2002	4.180
2003	4.142
2004	4.284
2005	4.320

Fonte: www.ipeadata.gov.br,
acessado em 13/04/2007.

Também em consequência, principalmente, da baixa taxa de crescimento, o salário real (descontado o efeito da inflação) dos trabalhadores tem caído continuamente, como mostra o gráfico abaixo referente à Região Metropolitana de São Paulo. Por ela se vê que o trabalhador recebe, em 1995, 67,4% do que recebia em 1985, quando o índice é 100 e ainda não sofreu a queda resultante da hiperinflação. Em fevereiro de 2007, o índice cai para 53%, e essa nova queda não pode ser mais atribuída ao processo inflacionário. Isso significa que um trabalhador paulista adquire hoje, com seu salário, praticamente a metade do que adquiria em 1985.

Gráfico 2: Rendimento médio real dos assalariados no trabalho principal na RMSP - índice (média 1985 = 100)

Comentário: Quadro: Rendimento médio real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal - Região Metropolitana de São Paulo. In: <http://www.seade.gov.br>. Obs.: Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.



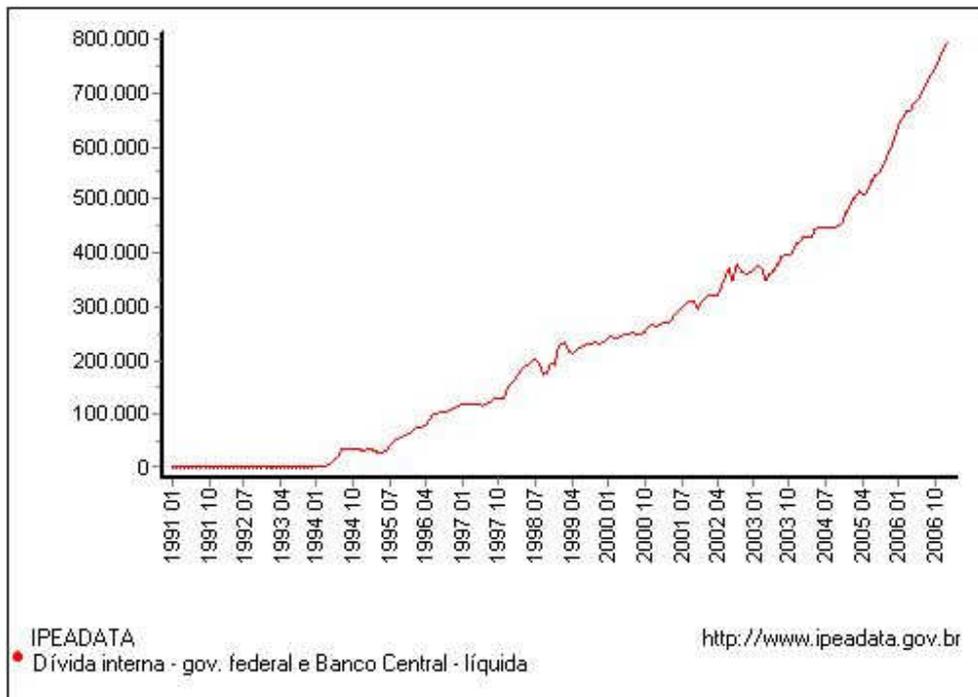
Fonte : www.ipeadata.gov.br, acessado em 15/04/2007.

O desemprego crescente é provocado pelas baixas taxas de crescimento da economia porque não absorvem, suficientemente, ao logo dos anos, os que entram no mercado de trabalho acumulando uma alta no estoque de desempregados. Além do que as novas tecnologias aplicadas na indústria tradicional tendem a desempregar.

O ponto é que altas taxas de juros reais induzem “investimentos” nas aplicações financeiras. E não na indústria, no comércio, na agricultura ou em atividades de serviços, onde os investimentos organizam os trabalhadores, dando-lhes emprego e produzindo bens e serviços para a melhoria das condições de vida.

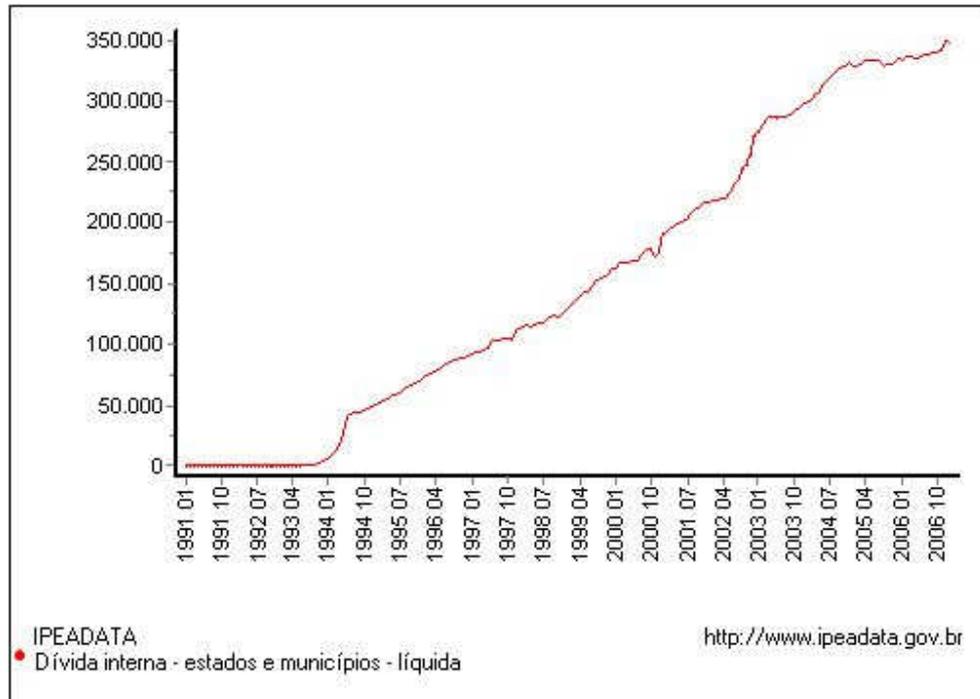
- 2) **o aumento da dívida pública**, essencialmente resultado de sucessivos déficits no orçamento público provocados pela elevada taxa básica de juros real, a taxa Selic, que incide sobre a grande parte da dívida pública. O Gráfico 3 mostra a evolução da dívida líquida federal, que desenha o crescimento constante e acentuado de sua dívida líquida, a partir de 1995:

Gráfico 3: Dívida Líquida Federal e Banco Central



Fonte: www.ipeadata.gov.br. Acessado em 15/04/2007.

O mesmo ocorre com o crescimento da dívida dos estados e municípios, que, também, crescem constante e acentuadamente a partir de 1994 (gráfico 4):

Gráfico 4: Dívida interna líquida dos Estados e Municípios

Fonte: www.ipeadata.gov.br. Acessado em 15/04/2007.

Em 28 de fevereiro de 2007, o valor em reais da dívida interna líquida do setor público, que corresponde à soma das divisas líquidas do Governo Federal, dos estados, dos municípios e das empresas estatais, atingiu mais de um trilhão e setenta e seis bilhões de reais, equivalente a quase 45% do PIB, segundo o IPEADATA.

A conseqüência última é uma inversão de posições entre todos os gastos federais (exceto previdência) e os gastos com encargos especiais (gastos em serviços das dívidas interna e externa, transferências e outras despesas financeiras). Os primeiros caíram de cerca de 47% do orçamento executado da União (Fiscal e Previdenciário) em 1995, para aproximadamente, 26% em 2005. Os encargos especiais subiram de cerca de 19% em 1995, para aproximadamente 43% em 2005. Em outras palavras despencaram os gastos (relativamente ao total orçamento) com a educação, saúde, segurança e infra-estrutura, comprimidos que foram pelos encargos financeiros.

3) **a valorização da taxa de câmbio**, que expressa a quantidade de reais necessários para adquirir um dólar. Ao pagar juros reais acima daqueles pagos por outros países, o Brasil atrai um fluxo de investidores do exterior, que convertem dólares e outras divisas na compra de dívida pública interna (em reais). Uma vez que a taxa de câmbio, pelo sistema atual, se fixa no mercado pelo jogo da oferta e da procura, a maior oferta de dólares faz com que o real tenda a se valorizar frente à moeda americana.

Uma taxa de câmbio valorizada reduz a renda dos exportadores porque os dólares recebidos pelas exportações são convertidos para reais numa troca cada vez mais desvantajosa, e, se retirando a lucratividade, fará com que ele deixe de exportar. Já para os importadores, o dólar mais baixo fará os produtos estrangeiros mais baratos em reais. Então, uma taxa valorizada de câmbio tende a reduzir as exportações potenciais (casos de 2007 dos setores têxteis e de calçados, por exemplo) e a aumentar as importações de mercadorias e, em consequência, a diminuir a quantidade de empregos e o tamanho do PIB.

4) Já taxas de juros reais elevadas na ponta, oferecidas aos empresários, aos consumidores e às famílias, além de desestimular os investimentos produtivos e inibir o consumo - o que afeta o crescimento da economia - **transfere renda para os setores mais abastados da sociedade e para as instituições financeiras externas e internas, que são os aplicadores financeiros**. Ao comprar uma geladeira pelo crediário em 24 meses e pagar o equivalente a duas geladeiras (devido à maior taxa real de juros do mundo), o consumidor vê transferido para o setor financeiro parte da sua renda real futura nas sucessivas prestações. Os lucros dos bancos não cessaram de crescer, batendo sucessivos recordes. E a parte de bens e serviços destinados aos que vivem de salários têm, como fatia do PIB, diminuído.

Desde 1999, com a implantação do sistema de metas e com a fixação de metas de inflação relativamente baixas, a política monetária e de crédito voltou-se essencialmente para o cumprimento das metas de inflação. E o dissenso se instalou

entre intelectuais, acadêmicos, pesquisadores, representantes do mercado financeiro e comentaristas. Assim, por exemplo, os professores e ex-ministros Antônio Delfim Neto, Luís Carlos Bresser Pereira e João Sayad, nas suas respectivas colunas em jornais e revistas têm sistematicamente exposto seus críticos pontos de vista, ao longo dos últimos anos.

O ex-ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser-Pereira, contesta a rigidez dessa política:

A baixa efetiva dessa taxa não pode ocorrer no quadro da atual política de metas de inflação, mas a partir de uma decisão estratégica do governo de buscar livrar a economia brasileira da armadilha em que ela se encontra há muitos anos. Quando o governo Lula tomou posse, há quase dois anos, não havia condições para tomar essa decisão. Há pelo menos um ano, porém, as condições existem, mas o governo, atemorizado, não tem coragem de enfrentar o problema de frente e continua a se submeter às advertências ameaçadoras dos interessados no país e no exterior.

As ameaças são bem conhecidas e não resistem à análise econômica. "É preciso combater a inflação e cumprir a meta", dizem, transformando a meta em um totem e esquecendo que as acelerações da inflação têm sido quase exclusivamente causadas por choques de custo. "A alta inflação vai voltar", garantem, ignorando que a economia está aberta à competição internacional e que, diferentemente do que acontecia no período 1980-94, a indexação restante na economia brasileira não é suficiente para realimentar automaticamente qualquer nível de inflação. "A dívida pública deixará de ser financiada", acrescentam, como se os portadores de moeda tivessem alternativa a emprestar no "overnight" para o governo. "O país deixará de atrair capitais", clamam, esquecendo que, desde 1994, os déficits em conta corrente foram causa da apreciação da taxa de câmbio e estagnação econômica, mas que, depois de duas crises, alcançamos, em 2003, superávit em conta corrente e dispensamos poupança externa.

O que os interessados não querem ver, mas os governantes poderiam perceber, é que a depreciação cambial alcançada abre uma oportunidade de ouro para o governo iniciar um processo estratégico de baixa da taxa Selic, para que alcance níveis compatíveis com as classificações de risco do Brasil: cerca de 3% em termos reais.

A equação macroeconômica perversa que regeu a economia brasileira desde 1994 foi baixa taxa de câmbio, elevado déficit público e alta taxa de juros.

Uma taxa de câmbio valorizada e um déficit público excessivo precisavam ser compensados por juros altos. Resolvido o problema da sobrevalorização da taxa de câmbio e alcançado um alto superávit primário, ainda que à custa de elevação da carga tributária, a taxa de juros deixa de ser a compensação de duas outras distorções e pode ela própria ser baixada com mais facilidade. (BRESSER-PEREIRA, 2004, www.folha.com.br)

Para Rubens Ricupero, também ex-ministro da Fazenda, "não há mais economia, mas há meta inflacionária...". Em sua coluna na Folha de S. Paulo, "A Luz os

Deslumbra”, de 29 de abril de 2007, Ricupero abre o artigo com indignação poética ao considerar a política econômica adotada pelo governo de Luiz Inácio Lula a Silva:

EM CORO EMBEVECIDO, clama a sapataria dos comentaristas econômicos: ‘Nunca foi tão bom!’ - ‘Foi!’ - ‘Não foi!’ – ‘Foi!’.

No charco tristonho e escuro, a economia cresce menos que o mundo, que os emergentes, os latinos, os africanos, lenta e pálida como a flor da noite.

No entanto, ‘enfunando papos, saem da penumbra [...] os sapos. A luz os deslumbra’.

Que luz será essa? A taxa de juros mais alta do planeta, em nível incompatível com a expansão da produção e do investimento?

A de cambio, que só perdeu neste ano para a da Austrália em termos de apreciação deixando para trás chineses, indianos, japoneses e outros povos vagarosos?

A de investimento, que mergulhou à fundura de 16%, um dos pontos mais baixos de nossa história?

A do aumento do volume de exportação de manufaturados, que escorregou de 26% em 2004 para 11% em 2005 e apenas 2% em 2006, indicando o triste fim que nos espera?

O brilho que ofusca os batráquios e faz cantar as pereças não tem nada haver com a luzinha pisca-pisca de uma economia real mergulhada no lusco-fusco. Esta acende e apaga como vagalumes de que falava Fernand Braudel: brilham, mas não indicam o caminho. (RICUPERO, 2007, p. B2)

"Temos uma situação de apartheid social", afirma o ex-ministro do Planejamento João Sayad, ao se referir às taxas de juros em entrevista ao jornalista Gilberto Maringoni, da Carta Maior, no dia 13 de maio de 2007:

O governo atual pegou um paraíso nos últimos anos, pois a inflação caiu no mundo inteiro. Há dólar em excesso em toda parte. Não há mérito nenhum nessa história de “economia confiável”, “juro alto” etc. Tivemos quatro anos de calma internacional e não aproveitamos! Achamos que a inflação caiu porque os juros foram altos e porque nós somos o máximo...Nada! A Argentina resolveu seu problema da dívida. Na América Latina nenhum país tem problemas de financiamento externo. E ainda dizem que isso é mérito do nosso Banco Central. Não é! A política é exagerada. Ao invés de usarmos uma oportunidade, nós a desperdiçamos.

Você olha para a economia brasileira e ela tem juros reais de 10% e o câmbio mais valorizado da América Latina. Se alguém ganha na mega sena 30 milhões de reais, não vai montar um empreendimento produtivo. A primeira opção é investir na dívida pública, para ganhar 10% sem problema algum. A segunda é entrar no mercado financeiro e especular quanto der. Se for se dedicar à atividade produtiva, vai encontrar concorrência internacional a preços baixos e todas as incertezas de um negócio. Portanto, os juros altos e o câmbio baixo formam o maior obstáculo ao crescimento. Os juros consomem uma parte do orçamento que poderia ir para investimentos públicos. A desculpa que existe aqui é a persistência de um grande déficit e de uma grande dívida.

Temos uma situação de apartheid social. E isso – para usarmos uma linguagem ortodoxa – representa uma ameaça ao retorno do investimento futuro. É uma situação que representa uma ameaça à democracia. O estado precisa atuar em

educação, saúde e investimentos que o mercado não dá conta. Não é pouca coisa. A lista de tarefas do estado é imensa. O Brasil tem um anseio de prosperidade e investimento que o diferencia de muitos países da América Latina. Nossos vizinhos não são “América” no sentido que nós somos. Estão, muitos deles, satisfeitos com sua disparidade, no seu elitismo. Nós não temos saída a não ser nos desenvolvermos. Se continuarmos mais 20 anos como estamos, não poderemos sair às ruas. A minha geração viveu uma grande mobilidade social. Meu pai era mascate e eu pude ir para a universidade. A geração de minhas filhas conhece uma mobilidade social negativa. Não criamos emprego nem para os universitários que estamos formando. (SAYAD, 2006, www.diplomaciaenegocios.com.br).

4 Critérios para análise dos noticiários

Partindo da hipótese de que o jornalismo econômico na TV e no rádio pode não atender ao princípio constitucional de dar preferência a finalidades educativas e informativas, as matérias foram submetidas aos critérios de:

- 1) **Contextualização:** matéria que busca a totalidade da notícia, dando o espaço ao seu entendimento adequado ou necessário (EXIGÊNCIA DA PRÓPRIA NOTÍCIA).
- 2) **Didatismo:** técnica que facilita o entendimento, de forma a que o telespectador ou ouvinte entenda com facilidade e clareza o seu significado (EXIGÊNCIA ÉTICA PROFISSIONAL).
- 3) **Repercussão na sociedade:** matéria que reflete a pluralidade dos interesses da sociedade. Visa atender exigência democrática, e exerce a função de espaço público (PAPEL DO JORNALISMO EM REGIME DEMOCRÁTICO).
- 4) **Educativa:** matéria que promova a difusão do conhecimento e faça a sua passagem de geração a geração. É a hora dos acadêmicos, dos pesquisadores, especialistas, cientistas e intelectuais (EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL E FUNDAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA).

Com os quatro itens procura-se identificar o espaço público em que o rádio e a TV devem se constituir, trazendo para o cidadão o debate e os pontos de vista plurais da sociedade. Para alcançar, senão o pleno, pelo menos, algum exercício da cidadania.

5 Análise

Tanto as rádios quanto as TVs apresentam um texto extremamente resumido, baseado totalmente no release (em anexo) do BC. Muitas das vezes, no caso das TVs, chegam a ser menores que o release do banco, de um pouco mais de três linhas, quando divulgam praticamente apenas a redução da taxa de juro Selic. Quase nenhuma contextualização; nenhuma repercussão na sociedade; e completa ausência de preocupações didáticas ou educativas foi o constatado nas matérias analisadas.

O jornal do SBT, SBT Brasil, fez um *link* e utilizou uma comentarista para fazer a cobertura do Copom. Na matéria o apresentador só chamou o link e repassou para o comentário. Além de dar a notícia factual, o valor da queda da taxa de juros, o link feito pela repórter limitou-se, apenas, a dizer que o Banco Central já reduziu os juros 14 vezes desde setembro de 2005. A comentarista afirmou que a decisão do Copom era uma aposta unânime [unânime para quem? Para os banqueiros? Analistas? Para o povo?]. Em seguida defende a decisão do Banco Central dizendo que “parece mais adequada” [mesmo sabendo que boa parte da sociedade - CUT e FIESP, p. ex. – se posicionaram categoricamente contrários à medida] e fecha seu comentário dizendo que é necessário uma queda maior “do juro” [taxa de juro] para aumentar o crescimento económico.

O jornal da Band, da TV Bandeirantes, reservou alguns segundos para noticiar a nova taxa de juros Selic de 12,75% ao ano; dar uma nova projeção de 11,5% para o fim do ano e dizer que continuará a maior do mundo em 2008.

O jornal RNN, Repórter Nacional Noite, da Radiobrás, contextualizou a matéria dizendo que “É a menor taxa Selic da história” [sabe-se, no entanto, que a taxa de juro Selic, em termos reais, é a maior do mundo]. E rapidamente informa que a queda é o 14º corte consecutivo, desde setembro de 2005. A contextualização é mínima e enviesada a favor da medida do órgão governamental.

A Rede Globo fez uma matéria no Jornal Nacional que se resumiu em dizer, com arte, o valor da queda e da nova taxa de juros.

A Rádio Nacional AM, (de carácter estatal) apresentou um texto mais desenvolvido comparado com as outras rádios em questão. Além do conteúdo presente

no release, factual, ela trouxe um histórico da taxa Selic desde a última trajetória de queda em setembro, e explicou, simplificada, para que o Banco Central utiliza a taxa básica: para “controlar a inflação”.

A matéria da rádio CBN dá a notícia factual da queda da taxa de juros, diz que analistas esperam esse resultado; porém, não abriu espaço para a sociedade (repercussão na sociedade). A contextualização se atém à justificativa trazida pelo release do BC, com uma observação crítica: “a nota que justifica essa decisão do Copom é sempre muito curta”. A razão da queda não é apresentada, o histórico da flexibilização (que poderia ser pesquisada na Ata de setembro, uma vez que foi a justificativa para a queda da taxa Selic do mês de março) dos juros também não. Quando a Ata da reunião é divulgada sete dias depois, raramente há repercussão no rádio e na TV. Mesmo assim, haveria a Ata da reunião anterior que poderia servir de referência para aprofundar a matéria. Apesar das razões dos votos dissidentes nunca serem divulgadas.

Band News FM também apresenta o factual, contextualizando com a turbulência nos mercados provocada pelas incertezas em relação à economia dos EUA e China. E lembra que a ata da reunião sairá na semana seguinte.

Tanto as rádios quanto as TVs apresentam um texto extremamente resumido, baseado totalmente no release (em anexo) do BC. Muitas das vezes, no caso das TVs, chegam a ser menores que o release do BC, de um pouco mais de três linhas, quando divulgam só o valor da porcentagem de queda e a nova taxa de juros. Nenhuma contextualização, repercussão na sociedade, preocupações didáticas ou educativas estiveram presentes nas matérias aqui analisadas.

6 Conclusões

Ao analisar a divulgação da reunião do Copom do dia 07/03/2007 nos meios de comunicação de massa, se confirma a hipótese de que o jornalismo econômico, no rádio e na TV, pode não cumprir satisfatoriamente o princípio constitucional de dar preferência a finalidades educativas e informativas. As emissoras não dão a ele o espaço necessário na sua programação, talvez privilegiando o entretenimento em geral. E dentro do noticiário, a informação econômica é dada em segundos, com precária contextualização, sem preocupação didática, sem dar espaço aos diversos segmentos da sociedade, sem oferecer algum avanço no conhecimento do fato noticiado.

No presente caso, tanto as rádios quanto as TVs apresentam um texto extremamente resumido, baseado totalmente no release do BC:

Dando prosseguimento ao processo de flexibilização da política monetária, iniciado na reunião de setembro de 2005, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 12.75% ao ano, sem viés, (BANCO CENTRAL, 2007, www.bcb.gov.br)

No caso das TVs, as matérias chegam a ser menores do que o release do banco, esse, de um pouco mais de três linhas. A maioria delas divulga somente o valor da porcentagem de queda e a nova taxa de juros. Essa relação do release com as matérias dos meios de comunicação de massa lembra a teoria dos definidores primários: a subordinação dos noticiários à fonte. No caso, a sujeição ao release do BC é assustadora.

Ironicamente, o Banco Central tem um programa de “Educação Financeira” amplamente investido em cartilhas e palestras.

O Programa de Educação Financeira (PEF-BC) envolve ações que visam propiciar orientação à sociedade sobre assuntos financeiros, destacando o papel do Banco Central como agente promotor da estabilidade econômica. O propósito é contribuir para que as pessoas entendam as relações que influenciam suas vidas na área da economia e das finanças, (...) independentemente do segmento social a que estes pertençam. (BANCO CENTRAL, 2004, p.5)

Algumas observações de Felipe Pena sobre as teorias jornalísticas, expostas no capítulo 2, se confirmam neste caso da divulgação da taxa Selic. Contrariando a teoria

do espelho, os textos jornalísticos divulgados na imprensa de massa criaram uma **nova realidade** que não aquela enfrentada pelo cidadão brasileiro. A realidade do cidadão brasileiro comum - desde a criação da política de metas de inflação em 1999, ou mesmo desde 1995, quando as taxas reais de juros começaram a se elevar – é, cada vez mais, a de uma economia que cresce muito pouco, aumentando o desemprego e reduzindo os salários reais. A notícia da redução da taxa Selic foi noticiada na mídia como algo sem impacto social.

Alguns padrões de manipulação das matérias na grande imprensa, percorridos por Perseu Abramo, são perceptíveis nas matérias analisadas:

- 1) Padrão de ocultação: as matérias apresentaram apenas o conteúdo do release, ocultando toda e qualquer possibilidade de contextualização.
- 2) Padrão de indução: a notícia da redução da taxa Selic é apresentada como de interesse apenas dos analistas ou do mercado financeiro. Isso leva a população a desinteressar-se pela notícia.
- 3) Padrão Global: A rádio Nacional, por exemplo, deixa a ilusão de que a taxa básica de juros só serve para controlar a inflação, e que o BC não tem outra escolha. Dá a impressão de que a atitude do banco é a única possível de ser tomada.

Outras críticas severas aos meios de comunicação parecem preocupantes. Entre elas, estão a manipulação da notícia, denunciada por Eric Nepomuceno e a subordinação dos veículos de comunicação aos poderosos, devido à sua dependência econômica e afinidade ideológica, como pretendido por Herman e Chomsky, anteriormente. Isso, agravado pelo possível coronelismo eletrônico denunciado por Maria das Graças Conde. Contudo, a pesquisa aqui apresentada não traz dados suficientes para se sustentar nestes argumentos.

Principalmente, no rádio e na TV, os jornalistas têm uma grande responsabilidade na construção desse panorama longe do ideal. Utilizando os jargões econômicos, ao invés de simplificar e explicar ao cidadão, distanciam-no da realidade e do conhecimento possível. Esse mito criado, o “economês”, que se esconde na aparente complexidade da vida econômica, se tornou desculpa para não se entender,

não se explicar e não se relacionar o noticiário econômico com a vida do cidadão comum. A economia tem suas especificidades que dificultam seu entendimento. Porém, o ser humano é racional com capacidade para entender algo exposto com clareza, mesmo que complexo.

Um questionamento poderia ser pertinente: como divulgar uma matéria sobre a decisão da taxa de juros quando o resultado da reunião é divulgado, na maioria das vezes, em cima da hora de um telejornal?

Pode-se pensar em algumas respostas:

- 1) pode-se abrir espaço para o telespectador, ao vivo, como vem fazendo o SBT Brasil. Porém, ao invés de o apresentador fazer a pergunta, o telespectador a faria, levantando dúvidas ou fazendo observações sobre o tema econômico em pauta. Algum comentarista ou especialista poderia respondê-lo ao vivo. Durante os mais de 30 minutos de um telejornal, com algumas perguntas abertas ao público, e ao vivo, muito esclarecimento e informação poderiam ser repassados. Ao fim de um ano... E ao fim de oito anos? As rádios também poderiam adotar o mesmo procedimento;
- 2) VTs que explicassem, didaticamente, a influência da taxa de juros no dia-a-dia da população, ou outros temas econômicos, poderiam ser preparados previamente.

Essas seriam apenas algumas possibilidades. Certamente existirão outras, como, por exemplo, a edição de matérias ou programação especiais.

O Fórum de TVs Públicas que aconteceu no mês de maio deste ano em Brasília pode ser considerado uma grande esperança para as novas formas do fazer jornalístico brasileiro. Uma nova televisão pode nascer. Ou melhor, muitas novas TVs espalhadas pelo país, com objetivos não comerciais e sim educativos e culturais. Nesse espaço, a informação econômica pode ser trabalhada e estudada profundamente, realizando um serviço público.

Serviço público, conforme definido por Lalo Leal ao explicar o modelo de *Broadcasting* adotado na Europa Ocidental, em “A Melhor TV do Mundo: o modelo britânico de televisão”:

Trata-se, em primeiro lugar, de um serviço, o que indica a existência de uma necessidade da população que precisa ser atendida. É público porque, segundo os idealizadores do modelo, é um atendimento especial que não pode ser feito por empresas comerciais ou órgãos estatais. Os veículos prestadores desse serviço devem ser públicos e por isso mantidos total ou parcialmente pelo próprio público. Só assim seriam capazes de dar conta de sua vocação cultural. (LEAL FILHO, 1997, p.18)

Dessa forma, estimuladas pela concorrência, as tvs comerciais - e também as estatais - poderiam se ver pressionadas a produzir um conteúdo jornalístico didático, contextualizado, com a repercussão na sociedade e no seguimento acadêmico e/ou intelectual, caminhando, então, para o cumprimento de suas funções informativas e educativas previstas na Constituição.

“A TV constrói e destrói a cabeça do brasileiro. A nossa grande preocupação é restabelecer neste país a dignidade da inteligência, e isso é condição fundamental para o exercício da cidadania”, afirmou Jorge da Cunha Lima, presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Comunitárias – ABEPEC – no I Fórum de TVs Públicas.

E, por fim, Eugênio Bucci, ex-presidente da Radiobrás, também participante do Fórum, lembrado em discurso pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad: “No Brasil, a televisão não é parte do espaço público, ela é o espaço público”.

7 Limites e Sugestões

Algumas dificuldades foram encontradas e limitaram a pesquisa em uma pequena amostra da realidade. Entre elas estão:

- 1) A dificuldade com termos econômicos.
- 2) A inacessibilidade a dados econômicos necessários. Um exemplo é a evolução da taxa Selic desde 1995. Algumas referências econômicas parecem, muitas vezes, camufladas.
- 3) Limitação de recursos financeiros: só a aquisição das mídias (imagens dos jornais e áudios dos rádios) custariam 120 reais para até 1 minuto de matéria. Neste valor não estão incluídos a escalada e as passagens de bloco necessários em uma análise mais profunda. Além disso, a aquisição das reportagens demandam muito tempo (quando autorizadas pela emissora).

Uma sugestão para quem se interesse em pesquisar a qualidade do jornalismo econômico: pode-se estender a amostragem para uma maior quantidade de cobertura de reuniões do Copom (tanto nos telejornais quanto nas rádios), para que a pesquisa adquira maior consistência, credibilidade e rigor científico.

Bibliografia

Banco Central do Brasil. *Banco Central: fique por dentro*. 3ed. Brasília: BCB, 2004. p.32.

BANCO CENTRAL. *Copom reduz a taxa Selic para 12,75% ao ano*. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 01 abr. 2007.

BANCO CENTRAL, Up Trend Consultoria. *In: Gustavo Patu, Folha de S. Paulo*, p. B1, 08 março 2007.

BASILE, Sidnei. *Elementos do jornalismo econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 237.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CALDAS, Maria das Graças Conde. *O latifúndio do Ar: mídia e poder na Nova República*. 1995. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, 1995.

GLEISER, Marcelo. Sobre a verdade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p.9, 15 de abril de 2007.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. *A manipulação do público*. Tradução de Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2003. 470 p. Título original: *Manufacturing consent*.

IPEADATA. Gráfico. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso em 15 abr. 2007.

IPEADATA. Tabela. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso em 13 abr. 2007.

SAYAD, JOÃO. Entrevistador: Gilberto Maringoni – Carta Maior. Disponível em: www.diplomaciaenegocios.com.br. Acesso em: 13 maio de 2007.

KUCINSK, Bernardo. *Jornalismo econômico*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. (Acadêmica 6). p 230.

LEAL FILHO, Laurindo. *A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão*. São Paulo: Summus, 1997.

NASSIF, Luís. Entrevistador: Daniel Bramatti. Disponível em: terramagazine.terra.com.br/interna. Acesso em: 20 abr. 2007.

NOVAES, Adauto (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991. 317 p.

PENA, Felipe. *Teorias do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005. 235 p.

PEREIRA, Luiz Carlos. Juros, as ameaças e a oportunidade. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. Disponível em: www.folha.com.br. Acesso em 15 abr. 2007.

RICÚPERO, Rubens. A luz os deslumbra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B2, 29 de abril de 2007.

ANEXO A: Release do Banco Central



Copom reduz a taxa Selic para 12,75% ao ano

07/03/2007 19h30

Brasília – Dando prosseguimento ao processo de flexibilização da política monetária, iniciado na reunião de setembro de 2005, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 12,75% ao ano, sem viés.

7 de março de 2007

**Banco Central do Brasil
Assessoria de Imprensa
imprensa@bcb.gov.br
(61) 3414-3462**

Fonte: www.bcb.gov.br Início [→](#) Notícias do Banco Central

ANEXO B: Transcrições das matérias de rádio e TV

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Veículo de Comunicação: Radio</i> RÁDIO CBN <i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</i></p>			
MATÉRIA ÚNICA			
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Análise*</i>
07/03/2007 Notícias toda hora.	Após 19:30 Retirada do site. Não continha o horário.	O comitê de política monetária do Banco Central decidiu reduzir em 0,25 ponto percentual a taxa básica de juros, com isso a Selic cai dos 13% para 12,75% ao ano. / A decisão do Copom foi justificada como forma de dar prosseguimento à política de flexibilização da política monetária iniciada na reunião de setembro de 2005. / Como sempre a nota que justifica essa decisão do Copom é sempre muito curta, entre linhas, justificando portanto essa decisão. / A reunião do Copom e essa redução da Selic para 12,75% foi unânime e não surpreendeu, já que a maioria dos analistas esperavam de fato uma queda da Selic para 12,75% ao ano como de fato fez o Banco Central.//	1) contextualização: pouca 2) didatismo: não 3) repercussão na sociedade: não 4) educativa: não
*Conceitos definidos no capítulo 6 da monografia			

<i>Estudo de caso</i> <i>Veículo de Comunicação: Radio</i> <i>Rádio Nacional AM</i> <i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</i>				
MATERIA ÚNICA				
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Teaser</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Análise*</i>
07/03/2007	Retirada do material bruto. Não continha hora. Matéria divulgada de hora em hora	Banco Central mantém cautela e reduz a taxa Selic em 0,25 ponto percentual	O Comitê de Política Monetária do Banco Central, o Copom, decidiu por unanimidade reduzir a taxa básica dos juros dos atuais 13% ao ano, para 12,75% ao ano. Redução de 0,25 ponto percentual. A redução já era aguardada pelo mercado financeiro que aguardava uma postura mais cautelosa do Copom. / As razões do Banco Central para essa redução só serão conhecidas na quinta feira da próxima semana, quando sairá a ata da reunião. Desde de que deu início à trajetória de queda, o BC reduziu a Selic em 7 pontos percentuais. Em setembro de 2005, quando ela começou a cair estava em 19,75%. Até dezembro do ano passado as reduções eram de 0,5 ou 0,75 ponto percentual. Na primeira reunião deste ano, em janeiro, temendo a influência do Programa de Aceleração do Crescimento sobre a inflação, o Copom decidiu diminuir o ritmo. / A Selic é usada pelo BC para controlar a inflação. Com taxas altas há mais dinheiros guardados, investidos em títulos públicos. Com taxas mais baixas há um estímulo ao consumo, o que pode provocar uma elevação de preço.	1)contextualização: pouca 2) didatismo: não 3)repercussão na sociedade: não 4) educativa: não
*Conceitos definidos no capítulo 6 da monografia				

<i>Estudo de caso</i> <i>Veículo de Comunicação: Radio</i> <i>Band News FM</i> <i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</i>			
MATERIA ÚNICA			
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Análise*</i>
07/03/2007	19h49	O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu nesta quarta-feira reduzir a Selic, a taxa básica de juros da economia, em 0,25 ponto porcentual. A taxa que estava em 13% caiu para 12,75% ao ano. A decisão já era esperada pelos analistas desde a reunião passada, quando o Comitê passou a adotar cortes menores na taxa. Esta reunião é a primeira depois da turbulência nos mercados provocada pelas incertezas em relação à economia dos Estados Unidos e da China. Os investidores estarão atentos sobre o que vai trazer a ata da última reunião do Copom, na próxima semana.	1) contextualização: pouca 2) didatismo: não 3) repercussão na sociedade: não 4) educativa: não
*Conceitos definidos no capítulo 6 da monografia			

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Veículo de Comunicação: Televisão</i> <i>Jornal Nacional</i> <i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</i></p>					
ESCALADA					
O Copom reduz a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual					
ENCERRAMENTO DE BLOCO					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Bloco</i>	<i>Descritivo</i>	<i>Transcrição</i>	
07/03/2007	Início do jornal às 20:15	2 bloco	Falado pela apresentadora Fátima Bernardes	Daqui a pouco o Copom reduz a taxa de juros	
CHAMADA					
Foi dada uma nota pelos apresentadores em estúdio. Por isso não precisou de chamada.					
MATÉRIA					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Bloco</i>	<i>Descritivo</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Análise*</i>
07/03/2007		3 bloco	Nota com arte	O Comitê de política monetária anunciou outro corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros. A Selic chega agora a 12,75% ao ano.	1) contextualização: pouca 2) didatismo: não 3) repercussão na sociedade: não 4) educativa: não
*Conceitos definidos no capítulo 6 da monografia					

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Veículo de Comunicação: Televisão</i> <i>SBT Brasil</i> <i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</i></p>					
ESCALADA					
Não entrou na escalada					
ENCERRAMENTO DE BLOCO					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Bloco</i>	<i>Descritivo</i>	<i>Transcrição</i>	
07/03/2007		2 bloco	Falado pelo apresentador Carlos Nascimento	Taxa de juros volta a cair	
CHAMADA					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Bloco</i>	<i>Descritivo</i>	<i>Transcrição</i>	
07/03/2007		3º bloco	Carlos	O Banco Central reduziu mais uma vez a taxa básica de juros, vamos agora à Brasília, ao vivo com Juliana Alvim. Juliana, de quanto foi o corte de juros desta vez?	
MATÉRIA					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Bloco</i>	<i>Descritivo</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Análise*</i>
			Link de Brasília com a repórter Juliana	Por unanimidade o corte foi de 25 ponto percentual, agora a taxa de juro é de 12,75%. Desde de setembro de 2005, o BC já reduziu os juros 14 vezes. Juliana Alvim, SBT Brasil , Brasília.	1) contextualização: não 2) didatismo: não 3) repercussão na sociedade: não

					4) educativa: não
			Estúdio com Carlos Nascimento	Vamos falar com a Denise Campos de Toledo. Alguma surpresa nessa decisão do Copom, parece que não, não né?	
			Estúdio a comentarista Denise Campos	Nenhuma viu Nascimento. Era unanimidade mesmo a aposta, não é? Em janeiro quando o Copom reduziu o ritmo do corte para 0,25, ele até recebeu muitas críticas pelo excesso de conservadorismo ou parcimônia como o Comitê costuma colocar. Afinal a inflação continua bem comportada e deve de novo ter uma variação no ano bem abaixo da meta. Só que nas últimas semanas tivemos toda aquela turbulência do mercado financeiro, aumentaram as incertezas em relação ao cenário externo, a economia da China, dos EUA, e por isso essa postura do banco Central agora parece mais adequada. Mas isso só por conta das incertezas externas. Porque a inflação continua sob controle e ainda tem a questão do crescimento. Se a intenção é acelerar a expansão da economia os juros têm que recuar bem mais ainda. Estamos na liderança mundial de juros. Para perdermos o primeiro posto a taxa básica tem que cair mais 2,5. De qualquer modo, a continuidade do corte dos juros gera uma expectativa positiva. Ainda que seja nesse ritmo, de vagar e sempre.	1) contextualização: pouca 2) didatismo: não 3) repercussão na sociedade: não 4) educativa: não
*Conceitos definidos no capítulo 6 da monografia					

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Veículo de Comunicação: Televisão</i> <i>Jornal da Band</i> <i>TV Bandeirantes</i> <i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</i></p>					
ESCALADA					
Não foi fornecido pela emissora					
ENCERRAMENTO DE BLOCO					
Não foi fornecido pela emissora					
CHAMADA					
Foi dada uma nota pelos apresentadores em estúdio. Por isso não precisou de chamada.					
MATÉRIA					
Dia	Hora do jornal	Bloco	Descritivo	Transcrição	Análise*
07/03/2007	19h20	Não foi fornecido pela emissora	Estúdio: Ricardo Boechat	Acaba de sair a decisão do Copom sobre a nova taxa básica de juros. Senhor Miro baixou , subiu ou ficou na mesma?	1) contextualização: pouca 2) didatismo: não 3) repercussão na sociedade: não 4) educativa:
			Estúdio: Joelmir Beting	É o corte esperado e projetado pelo mercado de 0,25 ponto percentual. Então a taxa básica desce agora de 13 para 12,75	
			Estúdio: Ricardo Boechat	Aí então, a nova taxa de juros 12,75.	
			Estúdio: Joelmir Beting	E a projeção para o fim do ano é 11,5.	

			Estúdio: Ricardo Boechat	Ainda assim a maior do mundo , né?	não
			Estúdio: Joelmir Beting	A maior do mundo e vai continuar também em 2008.	
*Conceitos definidos no capítulo 6 da monografia					

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Veículo de Comunicação: Televisão</i> <i>RNN (Repórter Nacional Noite)</i> <i>Radiobrás / TV Nacional</i> <i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</i></p>					
ESCALADA					
Dia	Hora	Bloco	Descritivo	Transcrição	
07/03/2007	21h	Escalada	1ª matéria da escalada	Copom reduz mais uma vez a taxa básica de juros.	
MATÉRIA					
Dia	Hora	Bloco	Descritivo	Transcrição	<i>Análise*</i>
07/03/2007	-	1º Bloco	Uma nota dada no 1º bloco como a terceira matéria	E o comitê de política monetária do Banco Central reduziu a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, fixando o índice em 12,75% ao ano. / É a menor taxa Selic da história. / Este foi o 14º corte consecutivo, desde setembro de 2005, quando o Banco Central começou a reduzir a taxa básica de juros.	1) contextualização: pouca 2) didatismo: não 3) repercussão na sociedade: não 4) educativa: não
*Conceitos definidos no capítulo 6 da monografia					

APÊNDICE: Mudanças no corpus e na metodologia

O tema da pesquisa delimitado na cobertura da reunião do Copom pelos meios de comunicação tem a intenção de confirmar a hipótese de que as matérias divulgadas não informam o cidadão.

Inicialmente, a metodologia utilizada seria a comparação do conteúdo das matérias divulgadas em diversos veículos de comunicação, nos dias 07/03/2007 e, no caso impresso, 08/03/2007. Para tanto seriam analisados:

- matérias de jornais impressos: O Globo, Folha de S. Paulo e o Correio Braziliense;
- jornais de TV: Jornal da Band, SBT Brasil, Repórter Nacional Noite (Radiobrás);
- rádios: Rádio Nacional (Radiobrás), CNN, Band News;
- sites: Último Segundo, Valor online, INVERTIA; e
- agências de notícias: Carta Maior, Agência Estado, Agência Brasil (Radiobrás) .

Esse conteúdo foi recolhido e colocado em tabelas. Ao resumir os textos jornalísticos, onde alguns dos 15 veículos apresentavam até três matérias sobre o assunto, a hipótese se confirmou. Os veículos de matriz impressa, ou texto on line, apresentaram matéria mais extensa e com conteúdo quase igual. Suas matérias se dividiram entre a saída do diretor do Banco Central, Afonso Bevilaqua, e os pontos de vista de representantes de instituições presentes em quase todas as coberturas do Copom: CUT, Fiesp e representantes do mercado financeiro.

Partindo do pressuposto que a maioria da população é leiga em conceitos econômicos, pôde-se concluir que o cidadão comum não entendeu qual a relação ou importância da taxa de juros em sua vida. Isso acontece apesar de alguns veículos impressos, como a Folha de S. Paulo e o Globo, por exemplo, apresentarem gráficos e conceitos básicos (o que é o Copom, por exemplo). A matéria econômica apresentou-se ainda insuficientemente satisfatória para a

compreensão do cidadão comum. Somente aqueles que trabalham no ramo ou fazem desta “ciência” sua formação acadêmica, entenderiam a relação da taxa de juros com o dia-a-dia.

Isso porque as matérias, em geral, são extremamente superficiais e padronizadas. Não relata as fortes implicações das altas taxas de juros reais na valorização da taxa de cambio; na aniquilação das finanças da União, Estados e Municípios; na transferência de renda a favor dos rentistas financeiros, tanto dos que necessitam de dinheiro, quanto dos que compram a prazo; e, ao induzir à especulação financeira, em detrimento do investimento, impede a multiplicação do emprego. Nenhuma matéria trata das inimagináveis taxas reais e juros pagos pelas famílias, pelos consumidores e pelos empregados nas diversas modalidades de empréstimos.

Para ver a qualidade do conteúdo abordado no corpus estudado, até então, decidiu-se reconhecer o enfoque de cada uma delas: político, factual, analítico, opinativo, enviesado ou neutro. Esses enfoques mostraram-se insuficientes para confirmar ou não a hipótese

Mas ficou claro que o reflexo no dia-a-dia do cidadão, diferentemente dos grandes interesses econômicos e financeiros, estava totalmente ausente em todas as matérias divulgadas no rádio e na televisão, e na maioria dos impressos, dos sites, e até mesmo das agências. Elas não contemplavam a idéia de fornecer ao cidadão comum informações significativas à sua realidade.

Após um mês neste conflito de escolha de enfoques tornou-se impossível à realização de tamanha pretensão. A análise de tantas matérias se tornou inconveniente. Naquele momento além da monografia a autora conciliava duas faculdades e o trabalho. Portanto, na metade do caminho fez-se necessário restringir o corpus da monografia ao rádio e à televisão. Já que apresentavam os mais precários conteúdos de textos jornalísticos entre todos os veículos de comunicação. E, principalmente, por serem veículos de massa, com um enorme alcance social.

Ao restringir o material analisado ao rádio e a TV, e com a leitura da bibliografia, surgiram critérios que esclarecem a construção de uma matéria informativa e educativa: 1º) se ela é contextualizada; 2º) se ela é didática; 3º) se ela repercute as diferentes opiniões e interesses da sociedade e, 4º) se ela acrescentou conhecimento vindo de acadêmicos e intelectuais.

A seguir, estão as tabelas com os conteúdos dos veículos de comunicação que não foram utilizados na monografia: sites, agências e jornais impressos.

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Tipo: Jornal</i> <i>Correio Brasiliense</i></p> <p><i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 08/03/2007, em que se reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual</i></p>					
CAPA					
Tópico	Título	Descritivo			Enfoque
Juros	Demissão no BC melindra o mercado.	Última nota no canto esquerdo da página, com nove linhas e 1 coluna, só com texto.			
MATÉRIA PRINCIPAL					
<p>Título: Decisão Ruidosa Editoria: Economia Página: 19</p>					
<i>Dia</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>		<i>Enfoque</i>
08/03/2007 Página 19, capa de economia, no canto esquerdo, ocupando 2 colunas e 51 linhas.	Vide segunda tabela abaixo	Vide primeira tabela abaixo	A matéria do Correio privilegia o ruído provocado pela saída do principal teórico conservador da diretoria do Banco Central, Afonso Bevilaqua. Sua saída deu-se de forma inédita, entre o primeiro e segundo dia de reuniões do Copom. O jornal tenta mostrar que o fato ocorreu em consequência do enfrentamento político do BC com adversários de sua política dentro do governo.		
GRÁFICO					
<i>Dia</i>	<i>Editoria</i>	<i>Título</i>	<i>Assunto</i>	<i>Descritivo</i>	<i>Enfoque</i>
08\03\07	Economia	Em Queda	Evolução da queda da taxa Selic desde agosto de 2005 até março de 2007.	Ocupa 18 linhas e 4 colunas. Está do lado da matéria principal.	

FOTO					
<i>Dia</i>	<i>Editoria</i>	<i>Legenda</i>		<i>Descritivo</i>	<i>Enfoque</i>
08\03\07	Economia	Henrique Meireles (D) fez questão de afirmar que a saída de Bevilaqua (E) da diretoria do BC foi decidida na segunda-feira.		Ocupa o lado direito do jornal. Tem 4 colunas e 32 linhas. Está do lado da matéria principal.	
MATÉRIA SECUNDÁRIA					
Título: Aplauso e Crítica Editoria: Economia Página: 19					
<i>Dia</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>		<i>Enfoque</i>
08\03\07 Capa de economia. Abaixo da matéria principal	-	-	A matéria procura ouvir algumas fontes que aprovaram e outras que criticaram a redução em 0,25 ponto percentual da taxa Selic. Entre eles a economista chefe do Banco BES Investimento, o presidente da Confederação Nacional da Indústria e o presidente da FIESP.		

<i>Estudo de caso</i> <i>Tipo: Jornal</i> <i>O Globo</i> <i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 08/03/2007</i>				
CAPA				
Tópico	Título	Descritivo	Enfoque	
-	Banco Central reduz taxa de juros só 0,25 ponto, para 12,75%. (Conanco Centralferir)	Segunda nota do canto esquerdo, sem texto, só com título e indicação de página.		
MATÉRIA PRINCIPAL				
Título: Banco Central mantém conservadorismo e baixa juro só 0,25 Editoria: Economia Página: 41				
<i>Dia</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
08/03/2007 Página 41, 3ª página de economia, no canto esquerdo, ocupando 2 colunas e 59 linhas em cada coluna.	-	Vide tabela abaixo	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação da taxa de juros. - Duas opiniões de economistas considerando insuficiente a queda da taxa de juros. - Indica o Brasil com a maior taxa de juros real do mundo: 8,6% ao ano. - A defesa da decisão do Banco Central pelo Ministro do Planejamento. - Críticas de empresários e sindicalistas no sentido de que a medida é insuficiente para auxiliar o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). 	

GRÁFICO							
Dia	Editoria	Título	Assunto		Descritivo	Enfoque	
08/03/2007	Economia	As taxas e quem é quem no Copom	Conceitos - Quem decide a taxa de juros - Como funciona o Copom - A diretoria do BC - Conceito de taxa real de juros	Gráfico - maiores juros reais do mundo	33 linhas e 4 colunas - canto direito alinha à matéria - com conceitos e gráfico	Conceitos	Gráfico
MATÉRIA SECUNDÁRIA Título: Meirelles antecipa saída de Bevilaqua Editoria: Economia Página: 41							
<i>Dia</i>	<i>Assunto</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>		<i>Enfoque</i>	
07/03/2007 Página 41, 3ª página de economia, abaixo do gráfico da matéria principal, com 18 linhas e 4 colunas	Ata do Copom	-	-	Remete à saída de Bevilaqua do BC, não participando do segundo dia de reunião.			

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Tipo: Jornal</i> <i>Folha de S. Paulo</i> <i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 08/03/2007</i></p>							
CAPA							
Tópico		Título		Descritivo		Enfoque	
-		Copom aprova queda de 0,25 nos juros por unanimidade		Primeira nota do canto direito, com título e 17 linhas de texto			
MATÉRIA PRINCIPAL							
Título: Conservador, Banco Central reduz juro para 12,75 Editoria: Dinheiro							
<i>Dia</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>			<i>Enfoque</i>	
08/03/2007	-	Vide tabela abaixo	O jornalista Gustavo Patu da sucursal de Brasília relata os debates, as pressões e contrapressões que precederam a decisão do BC. Destacou e informou que no mercado “a perspectiva em uma queda mais lenta nos juros contribuiu para acentuar a queda do dólar, o que prejudica as exportações”.				
<p>Página B1, capa da editoria Dinheiro. Junto com o gráfico ocupa a metade superior do jornal.</p>							
GRÁFICO							
Dia	Editoria	Título	Assunto		Descritivo	Enfoque	
08/03/2007	Dinheiro	Selic recua	Conceitos: - O que é o copom -O que é a taxa	Gráfico -Ranking das taxas reais do 1º ao 10º	33 linhas e 4 colunas - canto direito alinhado à matéria	Conceitos:	Gráfico

			Selic	clocado - Evolução da taxa Selic em porcentagem ao ano, de janeiro de 2005 a março de 2007	- com conceitos e gráfico		
MATÉRIA SECUNDÁRIA							
Título: Bevilaqua deixa o cargo no meio do encontro do BC							
Editoria: Dinheiro							
Página: B3							
	Dia	Foto	Gráfico	Resumo			Enfoque
	08/03/2007	Vide tabela abaixo	-	- Conta a história da exoneração de Bevilaqua.			
	Página B3. Primeira matéria da página do lado esquerdo. Ocupa 2 colunas com 29 linhas e 2 colunas com 14 linhas.						
FOTO							
	Dia	Editoria	Legenda		Descritivo		Enfoque
	08/03/2007	Dinheiro	O ex-diretor do BC Afonso Bevilaqua e Meirelles		Canto direito superior , ao lado da matéria secundária e abaixo de uma propaganda. Ocupa 2 colunas e 14 linhas. Relativamente pequena		

MATÉRIA SECUNDÁRIA 2						
Título: Indústria e centrais critica cortes nos juros						
Editoria: Dinheiro						
Página: B4						
<i>Dia</i>	<i>Assunto</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Descrição</i>	<i>Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
08/03/2007	Ata do Copom	-	-	Página B4. Cobre toda uma coluna ao lado dos indicadores econômicos, que ocupam o restante da página	<p>- Empresários e centrais sindicais criticam falta de sintonia do BC com o PAC.</p> <p>-Newton de Mello, presidente da Abimaq, diz que as altas taxas de juros estrangulam o desenvolvimento industrial brasileiro devido a apreciação do real.</p> <p>-Paulo Pereira da Silva, presidente Força Sindical, disse que a decisão do copom frustra os trabalhadores, porque não ajuda o país a sair da atual estagnação econômica.</p> <p>- Na avaliação da CUT a decisão é medíocre.</p> <p>Para ambas as centrais sindicais, a política econômica adotada pelo governo Lula não cria condições para o aumento da produção e criação de empregos.</p> <p>-Segundo Orlando de Niz, presidente da Fecomércio do RJ, “nessa mísera redução do índice manterá o país com uma taxa de juro nominal de mais de 10%, e acima de cinquenta por cento para a ponta, onde está o consumidor”.</p> <p>-O diretor de pesquisa macro econômica do Bradesco, Octávio de Barros, considerou coerente a decisão do BC.</p>	

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Veículo: agência</i> <i>Agência Brasil</i> <i>Radiobrás</i></p> <p>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</p>					
MATÉRIA 1					
Título: Banco Central reduz juro básico do país para 12,75%					
Assinatura: Daniel Merli					
Dia	Hora	Foto	Gráfico	Resumo	Enfoque
07/03/2007	Primeira publicação: 19h39 Última modificação: 19h59	-	-	- Divulgação da nova taxa básica de juro do país; - Decisão do Copom foi unânime; - Corte de 0,25 pontos era esperado pela maioria dos analistas de mercado, que participam da pesquisa de opinião feita pelo BC.	
MATÉRIA 2					
Título: Banco Central mantém ritmo mais lento de redução do juro					
Repórter: Daniel Merli e Edla Lula					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
07/03/2007	Primeira modificação: 20h10 Última modificação em 7 de Março de 2007 - 20h11	-	-	- Copom mantém o ritmo de corte da Selic em 0,25 ponto percentuais, reduzindo para 12,75%; - Copom faz reduções em um ritmo mais lento; - Corte de 0,25 pontos era esperado; - Bevilacqua participa somente da primeira etapa da reunião.	

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Veículo: agência</i> <i>Agência Carta Maior</i> Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</p>					
MATÉRIA					
Título: Diretor 'durão' sai horas antes, mas BC repete conservadorismo					
Assinatura: André Barrocal e Nelson Breve					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
07/03/2007	-	-	-	- Mesmo sem o conservadorismo de Bevilaqua, BC continua cauteloso; - Banco Central cortou a taxa de juros menos do que trabalhadores e empresários do setor produtivo acreditam ser necessário para ter um crescimento econômico maior.	
INTERTÍTULO 1					
<i>Título</i>	<i>Resumo</i>				<i>Enfoque</i>
Estocadas presidenciais	- Lula não teria gostado da decisão do Copom de conter o ritmo de queda da taxa de 0,5 ponto percentual para 0,25 ponto percentual, em janeiro (2007). Isto porque contrariava o espírito do PAC. E teria manifestado o fato a Meirelles, tendo ainda dito que via em Bevilaqua a encarnação do rigor do BC.				
INTERTÍTULO 2					
<i>Título</i>	<i>Resumo</i>				<i>Enfoque</i>
O heterodoxo e o 'gordo'	- O ministro da Fazenda, Guido Mantega, pediu para Lula indicar o economista Paulo Nogueira Batista Júnior para um cargo no FMI; - Paulo Nogueira, economista heterodoxo, crítico do Banco Central, refere-se a Bevilaqua com ironia, chamando-o de gordom, citando o dramaturgo Nelson Rodrigues, que achava que gordo eram pessoas simpáticas e afáveis, ao contrário da opinião de Palulo de Bevilaqua; -A agência destaca que é quase certo que mudanças iram acontecer no BC.				

INTERTÍTULO 3		
Título	Resumo	Enfoque
Decisão unânime e críticas	<ul style="list-style-type: none"> - A vaga de Bevilaqua na reunião de Copom foi ocupada por outro diretor do BC, Mário Mesquita, tido como adepto do conservadorismo praticante do antecessor; - Mesquita foi um dos participantes da votação unânime entre os diretores do BC que resolveu fazer um corte na taxa de juros que já era esperado pelo mercado - um grupo de 80 instituições privadas consultadas toda semana pelo banco; - Agência afirma que “apesar de aguardada pelo “mercado”, a decisão recebeu dura crítica das maiores centrais sindicais do país, CUT e Força Sindical, e outra mais sutil da Confederação Nacional da Indústria (CNI)”; - Para a CNI, havia espaço para redução maior, porque inflação esta sob controle, a crise nascida na China não afeta o Brasil e o preço do Dólar precisa aumentar, pois o juro alto atrai especuladores internacionais, que inundam o país de dólares, barateando sua cotação; - a Força considerou que a política conservadora do BC favorece somente o sistema financeiro; - A CUT foi na mesma linha e criticou também a redução do rendimento da caderneta de poupança e das contas-individuais do FGTS como mais outra forma de favorecimento do sistema financeiro. - A agência afirma ainda que o verdadeiro patrono desta última idéia foi a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), que não cobra nenhuma taxa de quem aplica na caderneta de poupança, mas mordem quem investe em títulos via fundo bancário. - A Fazenda aceitou a sugestão da Febraban porque precisa dos bancos e dos fundos de investimentos para continuar rolando a trilhonária dívida pública. 	

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Veículo: agência</i> <i>Agência Estado</i> Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</p>					
MATÉRIA					
Título: Como era esperado, Copom reduz juro para 12,75% ao ano					
Assinatura: Gustavo Freire					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
07/03/2007	19:29	-	Vide tabela abaixo	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da Selic em 0,25 ponto percentual (de 13% ao ano para 12,75% ao ano); - Primeira reunião depois da turbulência nos mercados provocada pelas incertezas em relação à economia dos Estados Unidos e da China, este pode ser mais um motivo para o corte menor dos juros; - Dando prosseguimento ao processo de flexibilização da política monetária, iniciado na reunião de setembro de 2005, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 12,75% ao ano; - Exonerado, Bevilaqua não vota na decisão do Copom; - É o 14º corte de juros consecutivos promovidos pelo Copom desde setembro de 2005. 	

INTERTÍTULO 1						
Título	Resumo				Enfoque	
Consenso e divergências	<p>- Consensos e divergências dos diretores do BC em reuniões do Copom do segundo semestre do ano passado a janeiro deste ano.</p> <p>- A última vez que houve consenso foi na reunião de outubro do ano passado, quando a taxa Selic foi reduzida em 0,5%.</p> <p>- Nas duas últimas reuniões houve divisão pelo mesmo placar de 5 x 3.</p>					
GRÁFICO						
Dia	Título	Assunto		Descritivo	Enfoque	
07/03/2007	Evolução da taxa Selic no governo Lula	Texto Cobertura do resultado da reunião de 07/03/2007, citando o valor atual da taxa de juros	Gráfico Evolução da Selic no governo Lula	Link no meio da matéria principal: `` Veja a evolução da Selic``.	Texto	Gráfico

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Veículo: sites</i> <i>Valor Online</i></p> <p>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</p>					
<p>MATÉRIA 1</p> <p>Título: Banco Central reduz juro básico do país para 12,75% Assinatura: Valor Online</p>					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
07/03/2007	19h31	-	-	<ul style="list-style-type: none"> - Décima-quarta redução sucessiva da Selic; - Relata a justificativa do Copom para o corte; - Bevilaqua não participa da reunião do Copom.; - O mercado financeiro tinha o consenso em torno do corte de 0,25% 	
<p>MATÉRIA 2</p> <p>Título: Corte 0,25% no juro descontenta empresários e trabalhadores Repórter: Valor Online</p>					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
07/03/2007	20h05	-	-	<ul style="list-style-type: none"> - Corte do juro e sua repercussão; - O presidente da Fecomércio-SP, Abram Szajman, disse que o resultado da reunião traz desconforto para o setor produtivo e repele a possibilidade de a decisão trazer desconforto para o setor produtivo e repele a possibilidade de a decisão ser justificada pela recente turbulência nos mercados internacionais. Critica ainda sobre gastos públicos elevados. - Paulo Skaf, presidente Fiesp, pede ao BC para levar os cortes a 0,5 ponto percentual - A Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan)justifica a atitude do BC pela permanência de importantes desafios para maior solidez da economia brasileira. - Para o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, Copom beneficia somente o setor financeiro; - Indignação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). 	

<p style="text-align: center;"><i>Estudo de caso</i> <i>Veículo: sites</i> <u>INVERTIA</u> <i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/20</i></p>					
<p>MATÉRIA 1 Título: BC corta taxa de juros em 0,25 ponto, para 12,75% Assinatura: Com Reuters</p>					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
7 /03/2007	19h30 <i>Atualizada às 20h23</i>	-	-	<p>-Em decisão amplamente aguardada pelo mercado, o BC reduziu o juro básico em 0,25 ponto percentual.</p> <p>- Pesquisa da Reuters mostrou que todas as 18 instituições financeiras consultadas já esperavam um novo corte de 0,25 ponto percentual.</p> <p>- Para Alexandre Mathias economista chefe do unibanco ASSET “Não poderia ser diferente, porque, ao optar pelo ritmo de 0,25 ponto percentual, o BC fixou que só será alterado mediante informação que mudem o cenário futuro – algo que não aconteceu”.</p>	
INTERTÍTULO					
<i>Título</i>	<i>Resumo</i>				<i>Enfoque</i>
Decisão unânime	<p>A saída de Bevilaqua também não afetou os prognósticos para a política monetária, mesmo porque ele foi substituído por Mário Mesquita, de perfil igualmente conservador.</p> <p>- Octávio de Barros, economista chefe do Bradesco, elogiou o fato de a decisão ter sido tomada em unanimidade. “O senso de institucionalidade prevaleceu. A unanimidade da decisão traduz isso. O momento pediu o consenso”, afirmou.</p> <p>Em três linhas a matéria afirmou que a CUT e o Instituto Brasileiro de Finanças não aprovaram a medida. Considerando-a medíocre e uma oportunidade perdida.</p>				

MATÉRIA 2					
Título: Fecomercio: decisão do Copom impede crescimento					
Assinatura: INVERTIA					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
07/03/2007	19h51	-	-	A Federação do Comércio do estado do RJ afirmou que a manutenção da queda de 0,25% na taxa Selic “impede um crescimento mais acelerado do crescimento”. Critica os juros reais entre os maiores do mundo e juros acima de 50% onde está o consumidor.	
MATÉRIA 3					
Título: CUT chama decisão do Copom de "mediocridade"					
Assinatura: : INVERTIA					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
07/03/2007	20h16	-	-	-A CUT classificou a decisão de medíocre e considerou absurda a decisão de baixar a remuneração da poupança e das contas individuais do FGTS. - Segundo a CUT ao determinar que a TR Cairá quando a Selic estiver abaixo de 12 pontos, o BC “ atendeu a pedido do sistema financeiro, que teme pela migração de investimentos hoje concentrados nos fundos DI”.	

<i>Estudo de caso</i> <i>Veículo: sites</i> Último segundo <i>Tópico: Resultado da reunião do Copom em 07/03/2007, divulgada dia 07/03/2007</i>					
MATÉRIA 1					
Título: Copom reduz taxa Selic em 0,25 ponto percentual					
Assinatura: Redação					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Descritivo Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
7 /03/2007	19:32	-	Vide tabela abaixo	- O site último segundo relata a queda da taxa Selic afirmando que o Brasil tem a 2ª maior taxa básica de juros real do mundo: 6,25% ao ano. Só perde para a Turquia que é de 6,7%. - Afirma que as taxas de juros altas tendem a desestimular o consumo e controlar alta de preço.	
GRÁFICO					
Título		Assunto			Enfoque
Evolução da taxa Selic		Histórico recente da Selic, desde março de 2006 até março de 2007			
MATÉRIA 2					
Título: Com decisão unânime, BC reduz juro básico para 12,75%					
Assinatura: - Reuters, com reportagem adicional de Nathália Ferreira e Angela Bittencourt					
<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Foto</i>	<i>Gráfico</i>	<i>Descritivo Resumo</i>	<i>Enfoque</i>
07/03/2007	20h20	-	-	-Em decisão amplamente aguardada pelo mercado, o BC reduziu o juro básico em 0,25%. - Pesquisa da Reuters mostrou que todas as 18 instituições financeiras consultadas já esperavam um novo corte de 0,25%.	

				- Para Alexandre Mathias economista chefe do unibanco ASSET “ Não poderia ser diferente, porque, ao optar pelo ritmo de 0,25%, o BC FIXOU UM PASSO que só será alterado mediante informação que mudem o cenário futuro – algo que não aconteceu”.	
INTERTÍTULO					
<i>Título</i>	<i>Resumo</i>				<i>Enfoque</i>
Decisão unânime	<p>A saída de Bevilaqua também não afetou os prognósticos para a política monetária, mesmo porque ele foi substituído por Mário Mesquita, de perfil igualmente conservador.</p> <p>- Octávio de Barros, economista chefe do Bradesco, elogiou o fato de a decisão ter sido tomada em unanimidade. “O senso de institucionalidade prevaleceu. A unanimidade da decisão traduz isso. O momento pediu o consenso”, afirmou.</p> <p>Em três linhas a matéria afirmou que a CUT e o Instituto Brasileiro de Finanças não aprovaram a medida. Considerando-a medíocre e uma oportunidade perdida.</p>				